



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

CONCURSO C-317 – JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO DA 8ª REGIÃO

Prova escrita, objetiva de Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Direito Processual Civil, Direito Civil, Direito Constitucional, Direito Previdenciário, Direito Comercial, Direito Administrativo, Direito Penal e Direito Internacional e Comunitário.

1ª Etapa

INSTRUÇÕES

1. Esta prova constará de 100 (cem) questões e será realizada em duas etapas de 50 (cinquenta) questões cada.
2. Confira se este caderno contém 50 (cinquenta) questões.
3. Todas as questões têm o mesmo valor (0,1).
4. Preencha a folha de respostas somente com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
5. Assinale na folha de respostas somente a alternativa que entender correta.
6. Não rasgue nem rasure a folha de respostas.
7. A duração de cada etapa é de 4 (quatro) horas.
8. Durante a realização da prova é proibido o uso de quaisquer anotações ou consulta a textos legais, bem como de aparelhos eletrônicos e telefones celulares.
9. O candidato que tornar identificável a folha de respostas será automaticamente desclassificado.
10. O candidato não poderá, durante a realização da prova, retirar-se do recinto sem a devida autorização.

13.05.2007

A COMISSÃO DESEJA-LHE BOA PROVA!



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

CONCURSO C-317 – JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO DA 8ª REGIÃO

Prova escrita, objetiva, de Direito do Trabalho, Direito Processual Civil, Direito Processual do Trabalho, Direito Previdenciário, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Penal, Direito Internacional e Comunitário, Direito Civil e Direito Comercial

Dia 13.05.2007 – 1ª Etapa

QUESTÕES

DIREITO DO TRABALHO

1. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Pelo princípio da alteridade, que é característica do pacto laboral, os riscos do estabelecimento empresarial e os derivados do próprio contrato de trabalho são transferidos ao empregador.
- b) Em se tratando de relações interempresariais de transferência de universalidades, é possível a limitação da responsabilidade do adquirente perante o contrato de trabalho, firmando a responsabilidade processual laboral do antigo empregador pelo passivo trabalhista existente até a data da transferência.
- c) O contrato de empreitada é distinto do contrato de emprego, e, apesar da natureza civil, sua apreciação está incluída na competência jurisdicional da Justiça do Trabalho;
- d) O poder diretivo do estabelecimento pertence ao empregador. Desta possibilidade emerge seu direito potestativo, que é a prerrogativa assegurada pela ordem jurídica a seu titular de alcançar efeitos jurídicos de seu interesse, mediante o exclusivo exercício de sua própria vontade, especialmente na direção dos rumos do estabelecimento e do negócio, ressalvada, porém, a estipulação de condições contratuais no pacto trabalhista, marcada pela bilateralidade.
- e) No regime de revezamento, as horas trabalhadas em seguida ao repouso semanal de vinte e quatro horas, com prejuízo do intervalo mínimo de onze horas consecutivas para descanso entre jornadas, devem ser remuneradas como extraordinárias, inclusive com o respectivo adicional.



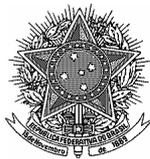
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

2. Sobre o salário e a remuneração, é correto afirmar:

- a) São caracteres do salário: natureza alimentar, como meio de atender as necessidades pessoais e familiares, caráter forfetário, correspondendo a uma obrigação absoluta do empregador e a incondicionada irredutibilidade salarial.
- b) A disposição constitucional de respeito ao salário mínimo não é absoluta, sendo perfeitamente possível a fixação de salário base em patamar inferior ao mínimo legal
- c) O descumprimento, pelo comprador, das obrigações resultantes do negócio dá ao empregador o direito de proceder ao estorno das comissões ou percentagens auferidas pelo empregado, pois nos termos da CLT “o pagamento de comissões e percentagens só é exigível depois de ultimada a transação a que se referem”.
- d) Percebida a gratificação de função por dez ou mais anos pelo empregado, se o empregador, sem justo motivo, revertê-lo a seu cargo efetivo, poderá retirar-lhe a gratificação, tendo em vista o princípio do contrato-realidade.
- e) Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, vestuário ou outras prestações *in natura*, fornecidas pelo trabalho, que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado, porém, não serão consideradas como salário as seguintes utilidades concedidas pelo empregador: transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público e a habitação coletiva, que deverá atender a finalidade a que se destina.

3. A respeito das contribuições previdenciárias, é incorreto afirmar:

- a) Serão executadas *ex-officio* as contribuições sociais, devidas em decorrência de decisão proferida pelos Juízes e Tribunais do Trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo, inclusive sobre os salários pagos durante o período contratual reconhecido.
- b) É do empregador a responsabilidade pelo recolhimento das contribuições previdenciárias e fiscais, resultante de crédito do empregado oriundo de condenação judicial, devendo incidir, em relação aos descontos fiscais, sobre o valor total da causa, referente às parcelas tributáveis, calculadas ao final.
- c) Em se tratando de descontos previdenciários, o critério de apuração determina que a contribuição do empregado, no caso de ações trabalhistas, seja calculada mês a mês, aplicando-se as alíquotas previstas na legislação pertinente, observado o limite máximo do salário de contribuição.
- d) Os descontos previdenciários e fiscais devem ser efetuados pelo juízo executório, ainda que a sentença exequenda tenha sido omissa sobre a questão, dado o caráter de ordem



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

pública ostentado pela norma que os disciplina.

- e) Incide a contribuição previdenciária sobre o valor pago ao trabalhador, a título de verbas remuneratórias, em função de acordo em que não há reconhecimento do vínculo de emprego.

4. Assinale a alternativa incorreta, segundo a jurisprudência do TST:

- a) A fixação do adicional de periculosidade, em percentual inferior ao legal, e proporcional ao tempo de exposição ao risco, deve ser respeitada, desde que pactuada em negociação coletiva.
- b) A equivalência entre os regimes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e da estabilidade prevista na Consolidação das Leis do Trabalho é meramente jurídica e não econômica, sendo indevidos valores a título de reposição de diferenças.
- c) A estabilidade contratual ou a derivada de regulamento de empresa são compatíveis com o regime do FGTS. Diversamente ocorre com a estabilidade legal (decenal, art. 492 da Consolidação das Leis do Trabalho), que é renunciada com a opção pelo FGTS.
- d) São aplicáveis, nas condenações impostas à Fazenda Pública, os juros de mora de meio por cento ao mês, a partir de setembro de 2001, procedendo-se à adequação do montante da condenação a essa limitação legal, ainda que em sede de precatório.
- e) Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, inclusive nas férias, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído. Vago o cargo em definitivo, o empregado que passa a ocupá-lo tem direito a salário igual ao do antecessor.

5. Quanto à equiparação salarial, assinale a alternativa incorreta, à luz da jurisprudência sumulada pelo TST:

- a) A cessão de empregados exclui a equiparação salarial, ainda que a mesma fonte responda pelos salários do paradigma e do reclamante, quando exercida a função em órgão governamental estranho à cedente.
- b) Desde que atendidos os requisitos legais, o instituto da equiparação salarial se revela plenamente aplicável no caso de trabalho intelectual, que pode ser avaliado por sua perfeição técnica, cuja aferição terá critérios objetivos.
- c) Presentes os pressupostos legais da equiparação salarial, é irrelevante a circunstância de que o desnível salarial tenha origem em decisão judicial que beneficiou o paradigma, exceto se decorrente de vantagem pessoal ou de tese jurídica superada pela



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

jurisprudência de Corte Superior.

- d) Para efeito de equiparação de salários em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço na função e não no emprego.
- e) O conceito de “mesma localidade”, versado no artigo celetista que trata da equiparação salarial, refere-se, em princípio, ao mesmo município, ou a municípios distintos que, comprovadamente, pertençam à mesma região metropolitana.

6. Observadas as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho que dizem respeito à proteção ao trabalho da mulher e do menor, é correto afirmar:

- a) É vedado considerar o sexo, a idade, a cor ou situação familiar como variável determinante para fins de remuneração, formação profissional e oportunidades de ascensão profissional, bem como recusar emprego, promoção ou motivar a dispensa do trabalho em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez, salvo quando a natureza da atividade a ser exercida for notória e publicamente incompatível.
- b) Nas hipóteses permitidas, o trabalho exercido nas ruas, praças e outros logradouros, dependerá de prévia autorização do Juiz do Trabalho, ao qual cabe verificar se a ocupação é indispensável à sua própria subsistência ou à de seus pais, avós ou irmãos e se dessa ocupação não poderá advir prejuízo à sua formação moral.
- c) O capítulo da Consolidação das Leis do Trabalho que trata da proteção ao trabalho da mulher foi inteiramente revogado pela disposição constitucional que assegura a igualdade entre homens e mulheres, em direitos e obrigações.
- d) A Consolidação das Leis do Trabalho considera ilegal o trabalho do menor de dezesseis anos e, mesmo nesta situação, admite-o apenas na condição de aprendiz, até a idade limite de dezoito anos.
- e) Ao menor de dezoito anos é vedado o trabalho noturno, considerado este o que for executado no período compreendido entre as vinte e duas e às seis horas.

7. Assinale a alternativa correta:

- a) A ajuda de custo, paga para indenizar o trabalhador das despesas tidas em razão de viagem a trabalho, devem ser incluídas nos salários.
- b) A ajuda de custo, cujo valor deve ser pago de uma só vez, por viagem, só integrará o salário, para todos os efeitos, se exceder a cinquenta por cento do valor do mesmo.
- c) As diárias pagas de acordo com o número de dias da viagem integram o salário, pela sua



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

média dos últimos doze meses, repercutindo, em todos os casos, nas parcelas pagas nos meses de sua percepção.

- d) As diárias para viagem aderem à remuneração contratual para todos os efeitos, desde que seu valor exceda a cinquenta por cento do valor do salário do empregado.
- e) As ajudas de custo e as diárias para viagem, porque possuem natureza indenizatória, jamais integram o salário, para qualquer efeito.

8. Sobre as formas de inexecução provisória da prestação de serviços, é correto afirmar que:

- a) Tanto na suspensão como na interrupção ao empregador é possível romper o vínculo de emprego, independentemente do motivo, desde que arque com o pagamento da indenização devida.
- b) Considerando que em determinadas situações, embora inexistindo prestação de serviços por parte do empregado, persiste a obrigação do empregador pagar-lhe salário, constitui ônus do empregador o pagamento dos salários até o décimo quinto dia do afastamento do trabalhador por motivo de doença.
- c) Na suspensão do contrato de trabalho não há labor e também não há obrigação do empregador pagar salário, sendo que no caso de acidente de trabalho o tempo de afastamento não é considerado como tempo de serviço.
- d) Uma das hipóteses de suspensão do contrato de trabalho é o tempo de afastamento do empregado nos quinze primeiros dias, por motivo de doença.
- e) Um dos traços comuns entre suspensão e interrupção do contrato de trabalho é que, em razão da cessação contratual, que logicamente decorre dessas duas situações, ao empregado não são asseguradas as vantagens que durante o período de afastamento são atribuídas à sua categoria profissional.

9. Assinale a alternativa correta, de acordo com o texto consolidado:

- a) O valor probatório das anotações da Carteira de Trabalho e Previdência Social encerra presunção absoluta, não autorizando prova em contrário, em razão do princípio protetor do Direito do Trabalho.
- b) A gratificação natalina proporcional é devida na extinção dos contratos a prazo somente quando a relação de emprego haja findado em dezembro.
- c) O décimo terceiro salário não é devido ao empregado que toma a iniciativa da rescisão



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

contratual.

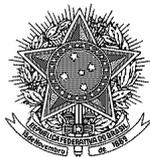
- d) Em caso de rescisão do contrato do trabalho, motivada pelo empregador ou pelo empregado, e havendo controvérsia sobre parte da importância dos salários, o primeiro é obrigado a pagar a este à data do seu comparecimento ao Tribunal de Trabalho a parte incontroversa dos mesmos salários, sob pena de ser, quanto a essa parte, condenado a pagá-la acrescida de cinquenta por cento.
- e) Ao empregador é vedado transferir o empregado, sem a sua anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato, não se considerando transferência a que não acarretar necessariamente a mudança do seu domicílio, porém é lícita a transferência quando ocorrer extinção do estabelecimento em que trabalhar o empregado.

10. Marque a alternativa correta:

- a) O aviso prévio é um instituto jurídico unilateral, portanto, somente ao empregador é obrigatória a sua concessão.
- b) A duração do aviso prévio deve ser de, no máximo, trinta dias.
- c) Se antes do término do prazo do aviso prévio a parte notificante reconsiderar o ato, a outra parte deve aceitar esse pedido de reconsideração.
- d) A continuidade da prestação de serviços, depois de expirado o prazo do aviso prévio, constitui-se em novo contrato de trabalho.
- e) Durante o prazo do aviso prévio, se a rescisão tiver sido promovida pelo empregador, o empregado rural terá direito a um dia por semana, sem prejuízo do salário integral, para procurar outro trabalho.

11. Sobre a resolução contratual, marque a alternativa correta:

- a) As hipóteses de justa causa previstas na Consolidação das Leis do Trabalho são apenas exemplificativas, portanto, a falta pode ser livremente apreciada pelo juiz, fora dos contornos fixados na lei.
- b) O empregado poderá pleitear a resolução do seu contrato de trabalho, nas hipóteses previstas no texto consolidado de prática de falta grave pelo empregador, desde que permaneça no serviço até final decisão do processo.
- c) Ocorre a resolução contratual, por culpa recíproca, quando ambas as partes contribuíram proporcionalmente e, nesse caso, a indenização será reduzida à metade do que seria devido em caso de culpa exclusiva do empregador.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

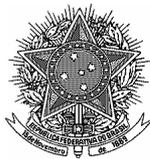
- d) A resolução contratual, por culpa do empregado, retira-lhe o direito de receber aviso prévio, décimo terceiro salário proporcional ao ano da ruptura contratual, férias simples e proporcionais mais um terço, bem como Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, mais a multa de quarenta por cento.
- e) O ato de improbidade só se caracteriza quando por ação ou omissão dolosas o empregado visa a uma vantagem pessoal.

12. Assinale a alternativa que não contém erro:

- a) O trabalhador rural tem estatuto próprio, portanto, a ele não é assegurado o rol de direitos previsto ao trabalhador urbano.
- b) Os trabalhadores que prestam serviços de natureza contínua e de finalidade lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, são domésticos, aplicando apenas parcialmente os direitos trabalhistas constantes da Consolidação das Leis do Trabalho e da Constituição Federal.
- c) O regime jurídico do empregado doméstico é regulado somente pela lei dos domésticos e a Constituição Federal.
- d) Ao empregado doméstico aplicam-se as hipóteses de dispensa por justo motivo, previstas no texto consolidado.
- e) Na regulação do trabalho rural, vemos que em qualquer trabalho contínuo de duração superior a seis horas, será obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, observados os usos e costumes da região, não se computando este intervalo na duração do trabalho.

13. A respeito do contrato de trabalho a termo, é correto afirmar:

- a) O texto consolidado trata da possibilidade de aplicação do instituto do aviso prévio ao contrato por prazo determinado.
- b) Considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceder, dentro de três meses, a outro contrato por prazo determinado, salvo se a expiração deste dependeu da execução de serviços especializados ou da realização de certos acontecimentos.
- c) O contrato a termo só será válido em se tratando de serviço cuja natureza e transitoriedade indique a determinação do prazo.
- d) O prazo do contrato a termo sempre será superior ao aviso prévio.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- e) Contrato de experiência é tipo de contrato a termo que tem como característica o prazo máximo de três meses.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

14. Quanto ao executado, são atos atentatórios à dignidade da Justiça, conforme a dicção do Código de Processo Civil, salvo:

- a) Fraudar a execução.
- b) Opor-se maliciosamente à execução, empregando ardis e meios artificiosos.
- c) Resistir injustificadamente às ordens judiciais.
- d) Intimado, não indicar ao juiz, em cinco dias, quais são e onde se encontram os bens sujeitos à penhora e seus respectivos valores.
- e) Dificultar ou embaraçar a realização da penhora.

15. A respeito da matéria probatória em direito processual civil, é lícito afirmar:

- a) É nula a convenção que dispuser sobre o ônus da prova.
- b) O juiz poderá aplicar as regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece, além das regras de experiência técnica, na falta de normas jurídicas particulares.
- c) A carta rogatória e a precatória não possuem o condão de suspender o andamento do feito. Caso não sejam devolvidas dentro do prazo, poderão ser juntas aos autos até o julgamento.
- d) Nas ações de estado, a parte deverá responder pessoalmente sobre os fatos articulados, não sendo obrigada a depor de fatos: criminosos ou torpes, que lhe forem imputados; ou a cujo respeito, por estado ou profissão, deva guardar sigilo.
- e) Há confissão quando a parte admite a verdade de um fato, contrário ao seu interesse e favorável ao adversário, podendo assumir a modalidade judicial ou extrajudicial. Todavia, quando a confissão emanar de erro, dolo ou coação, apenas poderá ser revogada por Ação Rescisória.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

16. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A sentença *extra petita* ocorre quando o Juiz soluciona pedido diverso do postulado, gravando de nulidade a sentença.
- b) A sentença *ultra petita* ocorre quando o juiz decide o pedido, mas vai para além dele, dando ao autor mais do que o pleiteado, incidindo em nulidade parcial, afastando-se aquilo que ultrapassou o pedido.
- c) A sentença *citra petita* ocorre quando não são examinadas todas as questões apresentadas pelas partes, sendo apenas passível de anulação quando a matéria omitida pelo decisório de origem não esteja compreendida na devolução que o recurso de apelação faz operar para o conhecimento do Tribunal.
- d) Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: I - proferida contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município, e as respectivas autarquias e fundações de direito público; II - que acolher ou rejeitar, no todo ou em parte, os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública.
- e) Não fazem coisa julgada: I - os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença; II - a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença; III - a apreciação da questão prejudicial, decidida incidentalmente no processo, salvo se constituir pressuposto necessário para o julgamento da lide, o juiz for competente para a matéria e a parte o requerer.

17. A respeito da Uniformização de Jurisprudência, é incorreto afirmar:

- a) Constitui pressuposto para o incidente a situação de: divergência de interpretação do direito ou quando, no julgamento recorrido, for-lhe dada interpretação diversa da que lhe haja dado outra turma, câmara, grupo de câmaras ou câmaras cíveis reunidas.
- b) Sem embargo de o incidente ser de iniciativa do juiz, a parte poderá requerer, fundamentadamente e com a demonstração necessária da divergência, que o julgamento do feito de seu interesse seja precedido do incidente de uniformização.
- c) A primeira apreciação do incidente será do órgão fracionário que poderá reconhecer ou não a divergência e, em aquiescendo com sua ocorrência, procederá à remessa do feito ao Presidente do Tribunal, que designará relator do incidente, dentre os membros do Tribunal Pleno ou do Órgão Especial encarregado da uniformização.
- d) O Tribunal, reconhecendo a divergência, fixará a interpretação a ser aplicada, sendo que o julgamento deverá observar o *quorum* qualificado da maioria absoluta dos membros que integram o Tribunal.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- e) A decisão proferida será objeto de súmula e constituirá precedente na uniformização da jurisprudência do Tribunal, devendo ser retomado o julgamento do processo pelo órgão fracionário original, que observará o decidido no incidente.

18. A respeito da lei que trata sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional (ação de improbidade administrativa), é incorreto afirmar:

- a) Constitui ação de natureza cível/administrativa de aplicação limitada, em face do cometimento de atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual.
- b) Seu campo de incidência atinge o denominado “agente público”, ou seja, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior. Também está atingido pelas disposições da denominada “lei da improbidade administrativa” (Lei nº 8.429/92), no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.
- c) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado, devendo esta responsabilidade recair sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito, abrangendo inclusive herdeiros e sucessores, até o limite do valor da herança.
- d) A Lei nº 8.429/92, na hipótese em que o agente público auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade, comina a pena de perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.
- e) A Lei nº 8.429/92, na hipótese em que o agente público praticar qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades públicas comina a pena de ressarcimento



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.

19. Assinale a alternativa correta:

- a) Quando o juiz verificar a irregularidade de representação do réu, suspendendo o processo, marcará prazo razoável para ser sanado o defeito, sob pena de decretação de revelia.
- b) No processo civil, a capacidade postulatória, em regra, cabe ao advogado legalmente habilitado. No entanto, apenas será lícito à parte postular em causa própria, quando tiver habilitação legal ou, não a tendo, no caso de falta de advogado no lugar ou impedimento dos que houver.
- c) A procuração geral para o foro confere ao advogado poderes para praticar todo e qualquer ato processual, inclusive para receber e dar quitação, não havendo necessidade de reconhecimento de firma na procuração.
- d) Apenas o maior de dezoito anos tem capacidade plena de exercício de seus direitos e, como consequência, capacidade processual.
- e) O espólio, como ente despersonalizado, deve ser representado em juízo, ativa e passivamente, pelo seu curador.

20. Sobre os princípios que regem o Direito Processual Civil, assinale a alternativa incorreta:

- a) Segundo o princípio dispositivo ou da demanda, o juiz não pode iniciar o processo de ofício. A pessoa que se sente lesada ou ameaçada quanto a um direito que entende ser titular, tem a livre iniciativa de provocar a tutela jurisdicional.
- b) Após o ajuizamento da ação, vigora o princípio inquisitivo, com base no qual o processo se desenvolve por impulso oficial, por atos do juiz e dos auxiliares da justiça, salvo aqueles que devem ser praticados pelas partes e que necessitam de sua provocação.
- c) Consagra o princípio da instrumentalidade o dispositivo legal que estabelece que os atos e termos processuais não dependem de forma determinada, senão quando a lei expressamente o exigir, reputando-se válidos aqueles que, realizados de outro modo, preenchem-lhe a finalidade essencial.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- d) Pelo princípio da impugnação específica, o réu deve impugnar um a um os fatos narrados na inicial, sob pena de presumir-se a sua veracidade, em qualquer caso.
- e) O dever do réu de alegar, em contestação, toda a matéria de defesa que tiver contra o pedido do autor, decorre do princípio da eventualidade, segundo o qual a oportunidade para o réu se defender é a contestação, sob pena de ocorrer a preclusão consumativa.

21. Reproduzindo-se ação anteriormente ajuizada, decidida por sentença da qual não caiba mais recurso, havendo entre ambas identidade de partes, de causa de pedir e de pedido, de acordo com a nova redação dada aos artigos 267 e 269 do Código de Processo Civil, pela Lei 11.232/2005, nessa segunda ação:

- a) O processo deverá ser extinto, sem julgamento do mérito, por ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular.
- b) O processo deverá ser extinto, com julgamento do mérito, em razão da existência de coisa julgada.
- c) O processo deverá ser extinto, sem resolução de mérito, por falta de interesse processual do autor.
- d) O processo deverá ser extinto, sem resolução de mérito, em face da existência de coisa julgada.
- e) Rejeitando o pedido do autor, o juiz extingue o processo, com resolução de mérito.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

22. Assinale a alternativa correta, segundo a jurisprudência do TST:

- a) Para a fixação da competência territorial em sede de ação civil pública, cumpre tomar em conta a extensão do dano causado ou a ser reparado. Assim, se a extensão do dano a ser reparado limitar-se ao âmbito regional, a competência é de uma das Varas do Trabalho da Capital do Estado; se for de âmbito supra-regional ou nacional, o foro é o do Distrito Federal.
- b) Em se tratando de ação anulatória, a competência originária se dá perante o Tribunal a quem caberia a apreciação do recurso da decisão que provocou a nulidade.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

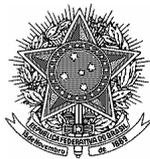
- c) O pedido de revisão dos cálculos, em fase de precatório, previsto na Lei nº 9.494/1997, apenas poderá ser acolhido desde que: a) o requerente aponte e especifique claramente quais são as incorreções existentes nos cálculos, discriminando o montante que seria correto; b) o defeito nos cálculos esteja ligado à incorreção material ou à utilização de critério em descompasso com a lei ou com o título executivo judicial; c) o valor requisitado seja superior ao previsto no orçamento para este tipo de despesa; e d) o critério legal aplicável ao débito não tenha sido objeto de debate nem na fase de conhecimento, nem na fase de execução.
- d) Ao Tribunal Superior do Trabalho compete apreciar, originariamente, mandado de segurança impetrado em face de decisão de Tribunal Regional do Trabalho.
- e) É necessária a outorga de poderes especiais ao patrono da causa para firmar declaração de insuficiência econômica, destinada à concessão dos benefícios da justiça gratuita.

23. Assinale a alternativa correta, segundo a jurisprudência do TST:

- a) A garantia de emprego à gestante só autoriza a reintegração se esta se der durante o período de estabilidade. Encerrado o contrato de experiência, a garantia restringe-se aos salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade.
- b) Só por ação anulatória é impugnável, pelas partes, o termo de conciliação que põe fim ao processo trabalhista, previsto na legislação consolidada.
- c) Na ação que objetive corrigir desvio funcional, a prescrição só alcança as diferenças salariais vencidas no período de cinco anos que precedeu o ajuizamento. Caso se trate de pedido de reenquadramento, a prescrição é total, contada da data do enquadramento do empregado.
- d) A juntada de nova procuração aos autos, sem ressalva de poderes conferidos ao antigo patrono, autoriza a atuação dos advogados que figurem em qualquer dos instrumentos.
- e) Tendo a decisão monocrática de provimento ou denegação de recurso conteúdo decisório definitivo e conclusivo da lide, comporta ser esclarecida pela via dos embargos de declaração, em decisão aclaratória colegiada, quando se pretende tão-somente suprir omissão e não, modificação do julgado.

24. Assinale a alternativa correta, observada a orientação ditada pela nossa jurisprudência pátria:

- a) Na execução por carta precatória, os embargos de terceiro serão oferecidos no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecante, salvo se versarem, unicamente, sobre vícios ou irregularidades da penhora,

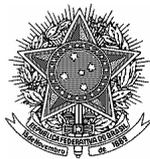


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- avaliação ou alienação dos bens, praticados pelo juízo deprecado, caso em que a competência será deste último.
- b) Nos dissídios individuais ou coletivos do trabalho, até o julgamento, as custas serão calculadas progressivamente, conforme tabela estabelecida na legislação consolidada, sendo que, em caso de inquérito, as custas serão apuradas sobre seis vezes o salário mensal do reclamado ou dos reclamados, devendo ser recolhidas pelo empregador antes do julgamento pela Vara do Trabalho ou Juiz de Direito.
 - c) A concessão ou denegação de liminar constitui direito da parte, sendo cabível o uso do mandado de segurança para questionar o ato concessivo/denegatório, pela existência de direito líquido e certo.
 - d) Por se tratar de decadência, afeta ao direito material, o prazo de propositura da ação rescisória, estabelecido no Código de Processo Civil, não se suspende, não se interrompe, nem se dilata. Porém, quando o termo final recaia em sábado ou domingo, é possível o ajuizamento no primeiro dia útil posterior, em atenção ao princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição, consoante a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
 - e) Os honorários advocatícios, arbitrados pelo juiz da causa, quando o beneficiário de assistência for vencedor na demanda, serão arbitrados pelo juiz até o máximo de quinze por cento, devendo incidir sobre o valor líquido da condenação, apurado na fase de liquidação de sentença, deduzidos os descontos fiscais e previdenciários.

25. Sobre o processo do trabalho, é incorreto afirmar:

- a) No processo do trabalho a nulidade só será pronunciada se causar manifesto prejuízo às partes, devendo ser argüida por quem não lhe houver dado causa na primeira oportunidade que se manifestar nos autos, sob pena de preclusão. Todavia, não será pronunciada se for possível suprir-lhe a falta ou repetir-se o ato.
- b) A nulidade do ato prejudicará apenas os atos posteriores que dele dependam ou sejam conseqüência.
- c) A regra da Consolidação das Leis do Trabalho que determina seja declarada *ex officio* a nulidade fundada em incompetência do foro, não se aplica nos processos em que se discute a incompetência *ex ratione locci*.
- d) Como regra, a nulidade deve ser argüida pela parte, porém em se tratando de nulidade do contrato de trabalho, por vício formal em face da Constituição Federal, é cabível a argüição de nulidade do contrato de trabalho em favor de ente público, suscitada pelo Ministério Público do Trabalho, mediante parecer, mesmo quando a parte não a suscitou em defesa.
- e) A inércia da parte em aforar o recurso apropriado, imediatamente após a decisão proferida em face de exceção de suspeição, decidida por Juiz singular em Vara do Trabalho, não faz



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

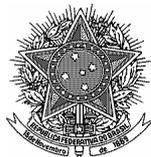
precluir a possibilidade de suscitar novamente a matéria, em sede de Recurso Ordinário que maneje contra a decisão final.

26. Marque a alternativa correta:

- a) No processo trabalhista, no caso de a sentença exequênda ser proferida de forma ilícida, ordenada a liquidação por cálculo e homologados por sentença os cálculos apresentados pelo servidor competente, o juiz deverá obrigatoriamente, atendendo o princípio da ampla defesa, abrir prazo sucessivo às partes, de dez dias, para impugnação fundamentada, com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.
- b) Considera-se inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal ou em aplicação ou interpretação tidas por incompatíveis com a Constituição Federal.
- c) A adjudicação, que é o ato processual através do qual o credor recebe o bem objeto de constrição judicial para pagamento do seu crédito ou de parte dele, não prefere à arrematação, pela prevalência do princípio de que a execução se processa de maneira menos gravosa para o devedor.
- d) A remição, uma das formas de extinção da execução no processo trabalhista, é o instituto que permite ao devedor liberar o bem constrito, depositando nos autos o valor de sua avaliação, desde que o faça antes do pedido de adjudicação, que prefere àquela.
- e) O termo de acordo homologado pelo juízo trabalhista valerá como decisão irrecorrível, inclusive quanto às contribuições devidas à Previdência Social.

27. Marque a alternativa correta:

- a) O prazo para juntada aos autos dos originais de recursos encaminhados por fac-símile, de acordo com a respectiva lei, é de oito dias a contar do término do prazo para a prática desse ato processual.
- b) Pelos princípios da instrumentalidade e economia processuais, que são absorvidos pelo direito processual trabalhista, o juiz não declarará a nulidade do ato quando for possível suprir a sua falta ou repeti-lo. Caso não seja possível, deverá considerar o ato inválido de ofício, ainda que se trate de nulidade relativa.
- c) Na execução as custas sempre ficam a cargo do executado e constituem pressuposto de admissibilidade dos recursos cabíveis nessa fase.
- d) O *jus postulandi* não é prerrogativa exclusiva da Justiça Laboral. Quando da interposição de recurso extraordinário, em processo trabalhista, o referido instituto não é aplicado.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

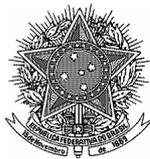
- e) A condenação ao pagamento de honorários advocatícios na Justiça do Trabalho, em valor nunca inferior a quinze por cento, não decorre pura e simplesmente da sucumbência, pois a parte deve estar assistida pelo sindicato que representa a sua categoria profissional ou encontrar-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do seu sustento ou de sua família.

28. Marque a alternativa incorreta:

- a) Quando a parte não comparece à sessão na qual deveria prestar depoimento pessoal, devidamente intimada para esse fim e plenamente cientificada da advertência da penalidade de confissão ficta, aplica-se essa cominação, que goza de presunção relativa, e, portanto, poderá ser elidida por outra prova existente nos autos.
- b) No processo trabalhista, não incumbe à parte, no bojo da contestação, a obrigatoriedade de apresentação do rol de testemunhas.
- c) A juntada de documentos em sede recursal é possível, e, quando admitida, a parte adversa deverá ser intimada para manifestação, sob pena de caracterizar violação à garantia do devido processo legal.
- d) O depoimento pessoal da parte tem como objetivo principal obter a confissão real, sendo que a produção desse meio de prova dependerá do requerimento da parte contrária.
- e) Na ação de inquérito para apuração de falta grave não há previsão legal para recolhimento prévio das custas, que serão pagas pelo vencido após o trânsito em julgado da decisão, sendo que, no caso de recurso, as custas serão pagas e comprovado o recolhimento dentro do prazo recursal.

29. Quando da apresentação da respectiva resposta, o demandado invocou o *factum principis*. Com isso, marque a resposta escoreita:

- a) Compete ao demandado, considerando o devido processo legal, notificar a pessoa de direito público apontada como responsável pela paralisação do trabalho, para que, no prazo de trinta dias, alegue o que entender devido, passando a figurar no processo como chamada à autoria.
- b) Nessa situação, a responsabilidade para que seja providenciada a notificação à pessoa de direito público, apontada como responsável pela paralisação, é do Tribunal do Trabalho, sendo que aquele ente terá o prazo de trinta dias para alegar o que entender devido, passando a figurar no processo como chamada à autoria.
- c) Por ser um terceiro alheio ao pacto laboral, cabe ao empregador notificar a autoridade pública responsável pela paralisação, pois no presente caso está caracterizada a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- denúnciação à lide, com prazo de trinta dias para apresentação da defesa perante o respectivo Tribunal.
- d) Sendo o *factum principis* o motivo da extinção do contrato de trabalho, o Tribunal do Trabalho deverá providenciar notificação ao Ministério Público do Trabalho, bem como à pessoa de direito público apontada como responsável para que apresente manifestação a respeito da demanda, com prazo não superior a trinta dias, caracterizando, assim, denúnciação à lide.
- e) O juiz, ao analisar que o reclamado não cumpriu com sua obrigação legal de intimar o ente público, cuidará de suprir a omissão, de imediato.

30. Marque a resposta correta, a respeito da audiência trabalhista:

- a) O juiz ou presidente manterá a ordem nas audiências, devendo mandar retirar do recinto os assistentes que a perturbarem.
- b) Em caso de audiência marcada para as 08h30min, e não comparecendo o juiz, os presentes deverão retirar-se às 08h45min, devendo o ocorrido constar do livro de registro das audiências.
- c) Após apresentada a defesa e adiada a instrução, e se fazendo presente somente o demandado na sessão de prosseguimento, não há motivo para arquivamento da ação.
- d) Em casos especiais, poderá ser designado outro local para a realização das audiências, mediante comunicação no Diário Oficial da União, com antecedência mínima de vinte e quatro horas.
- e) As audiências podem ser realizadas em outro local, porém, deverá ser afixado edital na sede do Juízo ou Tribunal, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

31. A respeito dos princípios constitucionais da seguridade social, é incorreto afirmar:

- a) A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e, exemplificativamente, pelas seguintes contribuições sociais: do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei e do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, como condição para o atendimento previdenciário e de saúde, preservada a universalidade da cobertura, não



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social.
- b) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
 - c) Na questão relativa ao financiamento, custeio e aos benefícios pagos, vemos que a Constituição consagra a diversidade da base de financiamento, equidade na participação do custeio e a irredutibilidade do valor dos benefícios.
 - d) O princípio que afirmava o caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados foi modificado pelas disposições da Emenda Constitucional nº 20/98, que veio instituir a gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.
 - e) A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, sendo que a assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

32. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A decadência é a extinção do direito do Instituto Social de Seguridade Social apurar e constituir, por lançamento, o seu crédito previdenciário, por não ter exercido esse direito no prazo legal.
- b) A prescrição é a perda do direito do Instituto Nacional de Seguridade Social promover a execução judicial do seu crédito já constituído, por não tê-lo exercido no prazo legal.
- c) Pelo princípio da seletividade, alguns benefícios só podem ser deferidos aos segurados e outros só podem ser concedidos aos dependentes.
- d) No que diz respeito aos dependentes, os benefícios que podem ser concedidos são a pensão por morte, o auxílio-reclusão e auxílio-doença.
- e) Dentre os benefícios que só podem ser concedidos aos segurados estão a aposentadoria por invalidez, o salário-maternidade e o auxílio-acidente.

33. Sobre os benefícios, marque a alternativa incorreta:

- a) O cancelamento do benefício consiste na extinção da obrigação de seu pagamento ao



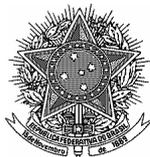
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- beneficiário pelo INSS e uma das hipóteses de cancelamento é o retorno ao trabalho do segurado aposentado por invalidez.
- b) Em regra, o cálculo dos benefícios previdenciários considera os salários de contribuição, corrigidos monetariamente, para apuração do chamado salário de benefício, regra que também é aplicada ao cálculo do benefício do salário-família.
 - c) Ao segurado que ficar incapacitado para o trabalho ou para sua atividade habitual por mais de quinze dias consecutivos, cumprida a carência exigida, se for o caso, é devido o benefício previdenciário de auxílio-doença.
 - d) O salário-maternidade é devido à segurada independentemente de a mãe biológica ter recebido o mesmo benefício quando do nascimento da criança.
 - e) A pensão por morte do segurado, homem ou mulher, é benefício previdenciário pago ao cônjuge ou companheiro e dependentes.

DIREITO CONSTITUCIONAL

34. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A jurisprudência do STF considera incabível o Mandado de Segurança nas hipóteses em que visa combater lei em tese e decisão judicial passível de recurso ou correição, salvo, e ainda de modo restrito, se o recurso cabível e manejado em face da decisão atacada não tiver efeito suspensivo.
- b) Não se admite, consoante atual jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, o manejo de *Habeas Corpus* para proteger outro direito que não seja o de locomoção, o que se choca com a denominada “doutrina brasileira do *habeas corpus*”, praticada pelo STF durante a Primeira República, que aceitava o *mandamus* para defesa de direitos líquidos e certos, não apenas a liberdade de locomoção.
- c) Apenas o parlamentar tem legitimidade ativa para impetrar mandado de segurança, com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de leis e emendas constitucionais que não se compatibilizam com o processo legislativo constitucional.
- d) O *habeas data* se destina a garantir, em favor da pessoa interessada, o exercício de pretensão jurídica discernível em seu tríptico aspecto: (a) direito de acesso aos registros; (b) direito de retificação dos registros e (c) direito de complementação dos registros.
- e) Na Ação Popular o autor é qualquer pessoa física que possua o gozo dos direitos políticos, não comportando sua substituição no curso da lide.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

35. Assinale a alternativa correta:

- a) O método de controle concentrado da constitucionalidade das leis, que atribuí a um único órgão a tarefa da verificação da compatibilidade das leis com a Constituição, foi expressamente previsto na Constituição dos Estados Unidos de 1787, sendo esta a primeira constituição rígida que contemplou esta possibilidade.
- b) O controle de constitucionalidade das leis, dos atos administrativos normativos e dos projetos de lei, é de competência exclusiva do Poder Judiciário, cabendo ao Supremo Tribunal Federal a competência para julgar as ações de controle concentrado em face da Constituição Federal.
- c) O princípio da reserva de plenário, consagrado na Constituição Federal, é regra de direito processual e não pode deixar de ser aplicado nos processos que versam sobre controle de constitucionalidade nos Tribunais.
- d) A jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal admite que o estrangeiro, residente no exterior, possa impetrar mandado de segurança, como decorrente da interpretação da disciplina do instituto na Constituição Federal de 1988.
- e) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados é admissível, desde que por estes expressamente autorizada, conforme jurisprudência assentada do Supremo Tribunal Federal.

36. Assinale a alternativa correta:

- a) A teoria da “separação de poderes” é uma conquista histórica do constitucionalismo, de caráter universal, aplicável, em todos os seus contornos, nos países que professam o sistema constitucional instituído a partir da Revolução Francesa. A impossibilidade de sua relativização está nítida por sua inserção como “cláusula pétrea” em nossa Constituição atual.
- b) A Constituição Federal do Brasil, ao prever o esquema de repartição de competência entre os entes integrantes da Federação, enumera os casos de competência legislativa comum entre União, Estados Membros e Municípios.
- c) As normas constitucionais de processo legislativo não impossibilitam, em regra, a modificação, por meio de emendas parlamentares, dos projetos de lei enviados pelo Chefe do Poder Executivo no exercício de sua iniciativa privativa. Essa atribuição do Poder Legislativo brasileiro esbarra, porém, em duas limitações: a) a impossibilidade de o parlamento veicular matérias diferentes das versadas no projeto de lei, de modo a desfigurá-lo; e b) a impossibilidade de as emendas parlamentares aos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República implicarem aumento de despesa pública prevista na



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

parte emendada.

- d) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta: I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; II - do Presidente da República; III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.
- e) O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo: um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício; os demais dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira, indicados pelo próprio Tribunal Superior.

37. A respeito da Emenda Constitucional nº 45/2004, é correto afirmar:

- a) Importante alteração foi a elevação do *quorum* para a deliberação de natureza disciplinar, restando consagrado que as decisões administrativas dos tribunais devem ser motivadas e deliberadas em sessão pública, sendo que as disciplinares estão sujeitas à aprovação de três quintos dos membros do respectivo Tribunal.
- b) Foi introduzida a figura da “quarentena”, proibindo o magistrado de exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos dois anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- c) Na apuração de antigüidade, para fim de promoção, o Tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, assegurada ampla defesa. Igual *quorum* deve ser observado para edição de ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, também assegurada ampla defesa.
- d) É da competência do Conselho Nacional de Justiça receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos Tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa.
- e) As Súmulas do Supremo Tribunal Federal, editadas anteriormente a dezembro de 2004, passam a ter efeito vinculante após nova publicação na imprensa oficial.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

38. Sobre o Poder Judiciário, assinale a alternativa incorreta:

- a) Ao Supremo Tribunal Federal compete, precipuamente, a guarda da Constituição, mas a declaração de inconstitucionalidade de leis, em caráter incidental, não é ato exclusivo do referido órgão.
- b) A aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada pelo Presidente da República.
- c) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os conflitos de competência entre juízes vinculados a tribunais diversos.
- d) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar reclamação contra decisão judicial que contrariar súmula por ele editada.
- e) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, em todas as esferas.

39. Em relação às disposições constitucionais que versam sobre os direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa incorreta:

- a) A garantia de inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade não é prerrogativa exclusiva do povo brasileiro.
- b) Dentre os direitos individuais previstos na Constituição está a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.
- c) A Constituição não prevê a aplicação da pena de morte.
- d) Aos litigantes e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, princípio este aplicável no processo administrativo.
- e) É livre a manifestação do pensamento, porém é vedado o anonimato, sendo assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

DIREITO ADMINISTRATIVO



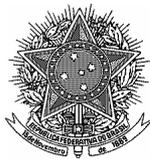
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

40. Assinale a resposta correta, considerando os princípios constitucionais da Administração Pública:

- a) O regime de seleção de pessoal, mediante concurso de provas ou de provas e títulos, apenas é excepcionalizado pela possibilidade de contratação de pessoal temporário para atender interesse público relevante, nos termos da Constituição.
- b) A contratação de pessoal temporário, cuja admissão excepcionaliza a regra da seleção pela via do concurso público, apenas pode ser realizada por prazo indeterminado e para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.
- c) O prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período e, durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
- d) É vedada a acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicos, exercidos em autarquias, fundações e empresas públicas, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o teto constitucional: a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas. A regra não se aplica aos ocupantes de empregos em sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, que exerçam atividade econômica, nos termos da Constituição Federal.
- e) Para os fins da aplicação da disciplina do teto remuneratório e do subsídio no serviço público, fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando tal disposição aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores. Contudo, o Supremo Tribunal Federal deliberou dar interpretação conforme à Constituição para excluir a submissão dos membros da magistratura estadual ao subteto de remuneração.

41. Não são consideradas formas de provimento de cargo público, de acordo com a legislação vigente:

- a) Nomeação e Promoção.
- b) Ascensão e Transferência.
- c) Readaptação e Reversão.
- d) Aproveitamento e Reintegração.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

e) Recondução e Reversão.

DIREITO PENAL

42. Marque a alternativa incorreta:

- a) Somente é considerada legítima defesa quando o agente, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou eminente, a direito seu.
- b) O crime tentado ocorre quando a execução não se consuma, depois de iniciada, por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- c) Reduzir pessoa à condição análoga a de escravo é tipificado como crime contra a liberdade individual cuja pena de reclusão varia de dois a oito anos.
- d) Na desistência voluntária, o agente desiste voluntariamente de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, respondendo somente pelos atos já praticados.
- e) Não pode alegar o estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

43. Em se tratando da posição do Tribunal Superior do Trabalho e do Supremo Tribunal Federal sobre as demandas que envolvam Estados ou Organizações Internacionais, é incorreto afirmar:

- a) Imunidade de jurisdição. Execução fiscal movida pela União contra Estado Estrangeiro. É da jurisprudência do Supremo Tribunal que, salvo renúncia tácita ou expressa, é absoluta a imunidade do Estado estrangeiro à jurisdição de conhecimento e executória.
- b) A imunidade de jurisdição do Estado estrangeiro, quando se tratar de litígios trabalhistas, revestir-se-á de caráter meramente relativo e, em consequência, não impedirá que os juízes e Tribunais brasileiros conheçam de tais controvérsias e sobre elas exerçam o poder jurisdicional que lhes é inerente.
- c) Os estados estrangeiros não dispõem de imunidade de jurisdição, perante o Poder Judiciário brasileiro, nas causas de natureza trabalhista, pois essa prerrogativa de direito



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

internacional público tem caráter meramente relativo. Privilégios diplomáticos não podem ser invocados, em processos trabalhistas, para coonestar o enriquecimento sem causa de Estados estrangeiros, em inaceitável detrimento de trabalhadores residentes em território brasileiro, sob pena de essa prática consagrar censurável desvio ético-jurídico, incompatível com o princípio da boa-fé e inconciliável com os grandes postulados do direito internacional.

- d) O processo trabalhista contra Estado estrangeiro é cabível, devendo ser notificado o Estado demandado para que exerça o direito à imunidade jurisdicional ou submeta-se voluntariamente à jurisdição pátria, mesmo lhe reconhecendo as imunidades de jurisdição e execução.
- e) É inadmissível a execução contra Estado estrangeiro, não podendo ser realizado ato de constrição. A execução apenas poderá ser desenvolvida, quando cabível, pela via da Carta Rogatória, pois os bens do Estado Estrangeiro são impenhoráveis, em conformidade com o disposto na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas.

DIREITO CIVIL

44. Assinale a alternativa correta acerca da disciplina do Código Civil sobre os direitos de personalidade:

- a) Os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- b) É defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes, todavia, é válida a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, com objetivo científico ou altruístico.
- c) Com a finalidade da preservação do direito à integridade física é possível, mediante determinação judicial, a adoção coativa de tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.
- d) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, desde que presente a intenção difamatória, bem como, sem autorização, não será utilizado em propaganda comercial.
- e) O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

45. A respeito dos bens públicos, é incorreto afirmar:

- a) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes à administração pública direta ou indireta; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.
- b) São bens públicos de uso comum do povo os rios, mares, estradas, ruas e praças.
- c) São bens públicos de uso especial os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.
- d) São bens públicos dominicais os que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.
- e) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar, enquanto que os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.

46. Considerando a disciplina do Código Civil sobre as causas que impedem ou suspendem a prescrição, assinale a alternativa incorreta:

- a) A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, poderá acontecer por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
- b) Não corre a prescrição contra os incapazes de modo geral, os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios e contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas em tempo de guerra.
- c) A suspensão da prescrição, em favor de um dos credores solidários, não aproveita os demais, exceto se a obrigação for indivisível.
- d) Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva.
- e) A interrupção por um dos credores solidários aproveita aos outros; assim como a interrupção efetuada contra o devedor solidário envolve os demais e seus herdeiros.

47. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O Direito Civil Brasileiro adota a teoria da responsabilidade civil objetiva, ou seja, independentemente de culpa, quando a lei assim prever ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano, por sua natureza, causar risco para o direito de outrem.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- b) Embora a pessoa jurídica possua personalidade jurídica própria, distinta dos seus membros, o Código Civil Brasileiro adota o princípio da desconsideração da personalidade jurídica quando ficar caracterizado o abuso pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, para que seja estendida a responsabilidade patrimonial aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
- c) Os negócios jurídicos praticados por pessoas absoluta e relativamente incapazes, sem a devida representação ou assistência de seus representantes legais, são nulos de pleno direito, nos termos da lei, não produzindo qualquer efeito e, por prevalecer o interesse público, são insuscetíveis de confirmação.
- d) Dentre as hipóteses de cabimento do pagamento em consignação está aquela em que o credor não puder ou, sem justa causa, recusar receber o pagamento, ou dar a quitação na forma devida.
- e) Os contratantes têm liberdade para estabelecer a cláusula penal, desde que o valor da cominação imposta não exceda o da obrigação principal.

48. Sobre a prescrição, assinale a alternativa correta:

- a) A renúncia da prescrição pelo interessado deve ser expressa, para que seja mantida sua eficácia prática.
- b) O juiz não pode suprir, de ofício, a alegação de prescrição, salvo se favorecer a absolutamente incapaz.
- c) Em regra, aplicam-se à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- d) O prazo da prescrição ordinária ou comum prevista no Código Civil é de vinte anos.
- e) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em fase recursal, mas o juiz não pode suprir a alegação.

49. Marque a alternativa incorreta:

- a) Dentre as hipóteses legais de cessação da incapacidade para os menores estão o casamento, o exercício de emprego público efetivo e a colação de grau em curso de ensino superior.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- b) Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos.
- c) O Direito Civil estende às pessoas jurídicas a proteção dos direitos da personalidade, no que couber, havendo possibilidade de, inclusive, sofrer dano moral.
- d) O uso comum dos bens públicos só pode ser gratuito, pois são destinados à utilização pela sociedade que já paga os impostos, sendo vedado o uso oneroso dessa classe de bens.
- e) A interpretação dos negócios jurídicos deve estar baseada no princípio da boa-fé e nos usos do lugar de sua celebração.

DIREITO COMERCIAL

50. Assinale a alternativa correta a respeito de quem pode requerer a recuperação judicial:

- a) O devedor que, no momento do pedido, exerça suas atividades há mais de três anos e não seja falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes.
- b) O devedor que, no momento do pedido, exerça suas atividades há mais de dois anos e, há menos de seis anos, não tenha obtido concessão de recuperação judicial.
- c) O devedor que, no momento da ação de execução, exerça suas atividades há mais de dois anos e não tenha, há menos de oito anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial de que trata a Lei que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.
- d) O devedor que, no momento do pedido, exerça suas atividades há mais de dois anos e não tenha sido condenado ou não tenha, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos na Lei que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.
- e) A recuperação judicial também poderá ser requerida pelo cônjuge sobrevivente, herdeiros do devedor, inventariante, tutor ou curador, não podendo ser requerida pelo sócio remanescente.